

A EXPANSÃO URBANA DE CAMAÇARI¹

Alan Santana Peixoto²

1. INTRODUÇÃO

O século XX foi marcado pela urbanização da população em todo o mundo. O crescimento das cidades tem se dado, de maneira geral, da forma mais desordenada possível, causando naturalmente uma série de impactos ao ambiente. No Brasil, as taxas elevadas e crescentes de urbanização observadas nos últimos 20 anos promoveram o agravamento dos problemas sócio-ambientais urbanos, em função do crescimento desordenado e concentrado, da ausência ou carência de planejamento, da demanda não atendida por recursos e serviços de toda ordem, da obsolescência da estrutura física existente, dos padrões ainda atrasados de sua gestão e das agressões ao ambiente urbano.

A partir dos anos 50, com a descoberta e exploração do petróleo na Baía de Todos os Santos, a Região Metropolitana de Salvador vem apresentando um crescimento acelerado das taxas de urbanização e da densidade de habitantes. Em Camaçari, a partir da implantação do COPEC, na década de 1970, vem ocorrendo um intenso processo de urbanização. Como consequência desse crescimento acelerado e desordenado, uma série de problemas tem sido registrada.

A finalidade precípua deste trabalho é analisar os fatores explicativos da lógica da expansão urbana da cidade de Camaçari, seus vetores de crescimento e sua repercussão na qualidade de vida local.

2. METODOLOGIA

A procura de uma linha teórico-metodológica que associe as questões de qualidade de vida e qualidade ambiental tem sido uma preocupação constante de estudiosos como Bonduki (1996), Villaça (1998), Mendonça (1998), Casseti (1991), Leff (2001), e em suas últimas obras, Santos (2000). Dentro deste contexto insere-se esta pesquisa, quando se propõe – a partir das análises de forma, função, processo e estrutura, associadas ao modelo de ocupação do espaço de Casseti – responder as questões referentes às singularidades dos espaços apropriados pela expansão urbana em Camaçari. Como procedimento metodológico, foi feita uma análise diacrônica do processo de expansão urbana de Camaçari, buscando situá-la no contexto da RMS. Uma pesquisa documental e bibliográfica permitiu acesso às informações obtidas em órgãos públicos de Camaçari, na CONDER, nas bibliotecas das universidades, em revistas, jornais e Arquivo Público. Os resultados dessa fase permitiram explicar a lógica da expansão urbana local, bem como identificar os vetores de expansão e cartografá-los.

3. RESULTADOS / CONCLUSÃO

O município de Camaçari originou-se de uma aldeia indígena situada no litoral, que recebeu dos Jesuítas o nome de “Aldeia do Espírito Santo”, nascendo daí o povoado, entre os anos de 1700 e 1800. Com a sua evolução, foram construídos um convento e uma igreja, obras das mais importantes dos tempos coloniais. Em 27 de setembro de 1758, o povoado foi elevado à categoria de vila com a denominação de Vila do Espírito Santo da Nova Abrantes. A sua primeira composição administrativa abrangia os distritos de Abrantes, Monte Gordo e Ipitanga. A lei

¹ Pesquisa desenvolvida sob a orientação da Professora Doutora Creuza Santos Lage.

² Acadêmico do Curso de Geografia da Universidade Federal da Bahia – UFBA. alanparkson@ig.com.br

estadual de 28 de julho de 1925 modificou o seu topônimo para Montenegro e transferiu-lhe a sede para o Arraial de Camaçari, elevando-o para categoria de vila. Em razão do Decreto-Lei estadual de 30 de março de 1938, o município passou a denominar-se Camaçari.

Atualmente com uma área de 762,7 km², o município é formado por três distritos (Camaçari, Abrantes e Monte Gordo), e quatro povoados (Barra de Pojuca, Arembepe, Guarajuba e Jauá). Suas fronteiras administrativas são Dias D'Ávila, Simões Filho, Mata de São João, Lauro de Freitas, Oceano Atlântico. A cidade está localizada a 12°42' de latitude Sul e 38°20' de longitude Oeste.

O espaço urbano da cidade de Camaçari é organizado em 21 bairros principais: Alto da Cruz, Buri Satuba, Camaçari de Dentro, Centro, Cristo Redentor, Espaço Alpha, Gravata, Jardim Panorama, Jardim Limoeiro, Lama Preta, Mangueiral, Morro dos Noivos, Natal, Nova Aliança, Novo Horizonte, Parque Satélite, Parque Verde, Piaçaveira, Pólo de Apoio, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães. Conta com 926 logradouros, dos tipos caminho, acesso, rua, travessa, avenida, praça.

As invasões e favelizações se intensificaram nos últimos 20 anos. Distribuíram-se pela periferia urbana, principalmente sob a faixa de domínio da CHESF ou em outras áreas institucionais como o Parque do Rio Camaçari, hoje quase que todo favelizado.

Em Camaçari, a partir da década de 1970, houve um crescimento acelerado da taxa de urbanização, que passou de 55,3 % em 1970 para 95 % em 2000, fenômeno explicado pela implantação do COPEC (Complexo Petroquímico de Camaçari) e pela modernização econômica da Região Metropolitana de Salvador. Conseqüentemente houve uma queda na participação da população rural no conjunto da população.

Como elemento estruturante do espaço urbano de Camaçari temos a ocupação industrial do COPEC e os seus desdobramentos no entorno.

Segundo a CONDER (1996), do ponto de vista físico-urbanístico, algumas tendências de expansão podem ser identificadas, com a indicação de vetores condicionados a limites institucionais bastante rígidos, a saber:

1. Todo o setor norte da cidade de Camaçari margeia os limites do COPEC e tangencia a faixa de floresta, que constitui área de proteção ambiental;
2. Toda a zona oeste de Camaçari é limitada pela faixa de domínio da CHESF, composta por 5 grandes linhas de transmissão, o que representa área de alto risco;
3. Baixa disponibilidade de solo urbano nos setores norte e oeste de cidade, já quase inteiramente ocupado pelos conjuntos habitacionais construídos na década de 1970.

Assim, a partir desses fatores limitantes, as tendências de expansão da malha urbana apontam para o sentido sudeste, compondo vetores com caracterização distinta: Vetor Leste e Vetor Sul.

O Vetor Leste estende-se ao longo da conexão Camaçari/Via Parafuso, na avenida Leste, caracterizado basicamente pelo setor terciário e área residencial, que ocupam margens e glebas contíguas, respectivamente.

O Hospital Regional de Camaçari, implantado no cruzamento da Via Parafuso com a avenida Leste, cria um fluxo crescente naquela direção, o que contribui para indução do vetor.

A construção de 920 unidades habitacionais do conjunto Novo Horizonte reforçou a indução urbana neste eixo, que se caracteriza pela ocupação multifuncional.

O setor Sul de Camaçari também se apresenta com área de expansão urbana notadamente habitacional. A alta demanda e a falta de solo disponível em áreas com melhores condições de infra-estrutura provocam a ocupação de zonas periféricas, relativamente próximas do centro.

Destaca-se como indutor do vetor o deslocamento do centro da cidade para além da linha férrea, ou seja, no sentido sul/sudeste, com a implantação do centro administrativo municipal e o adensamento das atividades terciárias na área.

Atualmente, a cidade de Camaçari se configura como concentração de comércio e serviços de apoio direto ao Pólo. Apresenta duas formas de distribuição do setor terciário: a ocupação gradativa do centro tradicional com comércio diversificado – o que tende a configurar o adensamento da área, e a ocupação das principais vias urbanas com comércio e serviços ligados à atividade industrial (já identificados eixos de serviços nas avenidas Concêntrica, Radial B e C, e Getúlio Vargas).

No centro da cidade encontra-se a maior concentração de serviços como bancos, farmácias, supermercados, entre outros.

Além de prestadora de serviços, Camaçari funciona também como cidade-dormitório. O uso industrial urbano é, entretanto, pouco expressivo.

Camaçari vem convivendo com quase todas as dificuldades da maioria das grandes cidades brasileiras: a ocupação e o uso desordenado do solo, a favelização crescente do centro urbano, a poluição ambiental, a falta de saneamento básico, a ausência de uma destinação adequada para o volume de lixo cada vez maior gerado pela população, o crescimento da violência e da insegurança, entre outros. Tudo isso exigindo políticas públicas voltadas para a sustentabilidade sócio-ambiental dos espaços urbanos.

3. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, S. G. de. Economia e Mercado de Trabalho na Bahia e RMS. Uma abordagem a longo prazo. SEI. Bahia Análise & Dados – Leituras da Bahia. Salvador: SEI, v. 10, 1, junho 2000.

BONDUKI, N. Habitat. **As práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

CASSETI, V. **Ambiente e Apropriação do Relevo**. São Paulo: Contexto, 1991.

CENTRO DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES. Informações Básicas dos Municípios Baianos – RMS. Salvador: CONDER; SEI, v. 7, 1994.

CONDER. Camaçari: catálogo de logradouros. Salvador: SEPLANTEC; CONDER; GT – CADASTRO, 1996.

_____. Plano Diretor de Limpeza Pública – PDLU. Município de Camaçari. Salvador: CONDER/SEPLANTEC/BIRD, 1994.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

IBGE. **Estudos e Pesquisas**. Síntese dos Indicadores Sociais 2000. IBGE: Rio de Janeiro, 2001.

MENDONÇA, F. de A. **Geografia e Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 1998

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel 1985

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Anuário Estatístico da Bahia**. Salvador: SEI, 2001.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.